



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

2º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Competência: Matéria Cível.

Juiz Federal Titular: Dra. Lucy Costa de Freitas Campani

Juiz Federal Substituto: Dr. Frederico Romaniello Teles Baeta Zebal

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 25 a 29 de julho de 2016, a correição ordinária eletrônica do 2º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro/RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Atentar para o cumprimento das Metas do CNJ de 2016;
2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias;
3. Regularizar a juntada de documentos pendentes;
4. Verificar e regularizar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão tenha sido cadastrado equivocadamente;
5. Observar e retificar, quando possível, a classificação das sentenças, de forma a evitar a classificação equivocada ou incompleta, bem como a classificação como “vazias”;
6. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme Ofício n.º 518/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 18/01/2016, e Portaria PR-RJ n.º 801, de 17/06/2016, o Procurador da República Dr. Cláudio Gheventer foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11-DPURJ/SECGABDPC RJ, de 16/02/2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJP e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)

De acordo com o questionário de pré-correição

“Divisão de processos, seja em face de conhecimento, seja em fase de execução, respeitando o final par e ímpar;”

.Titular: **Dra. Lucy Costa de Freitas Campani**, em exercício desde novembro de 2005.

.Substituto: **Dr. Frederico Romaniello Teles Baeta Zebral**, em exercício desde junho de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.a).

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: não respondido no questionário pré-correição.

Total de Servidores lotados na Vara: 11

Analistas Judiciários: 06

Técnicos Judiciários: 04

Auxiliar Judiciário: 01

Estagiários: 02

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	Correição Julho/2014	Correição julho/2016
Total	6.301	5.471
Suspensos	21	1.533
Tramitação ajustada	6.280	3.938

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em julho/2014 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 19/07/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/07/2015 a 30/06/2016):

Período	01/07/2015 a 30/06/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	11.838	65,23	18
Decisão	1.574	8,67	13
Sentença	4.737	26,10	90
Total Geral	18.149	100,00	37

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 18/07/2016.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

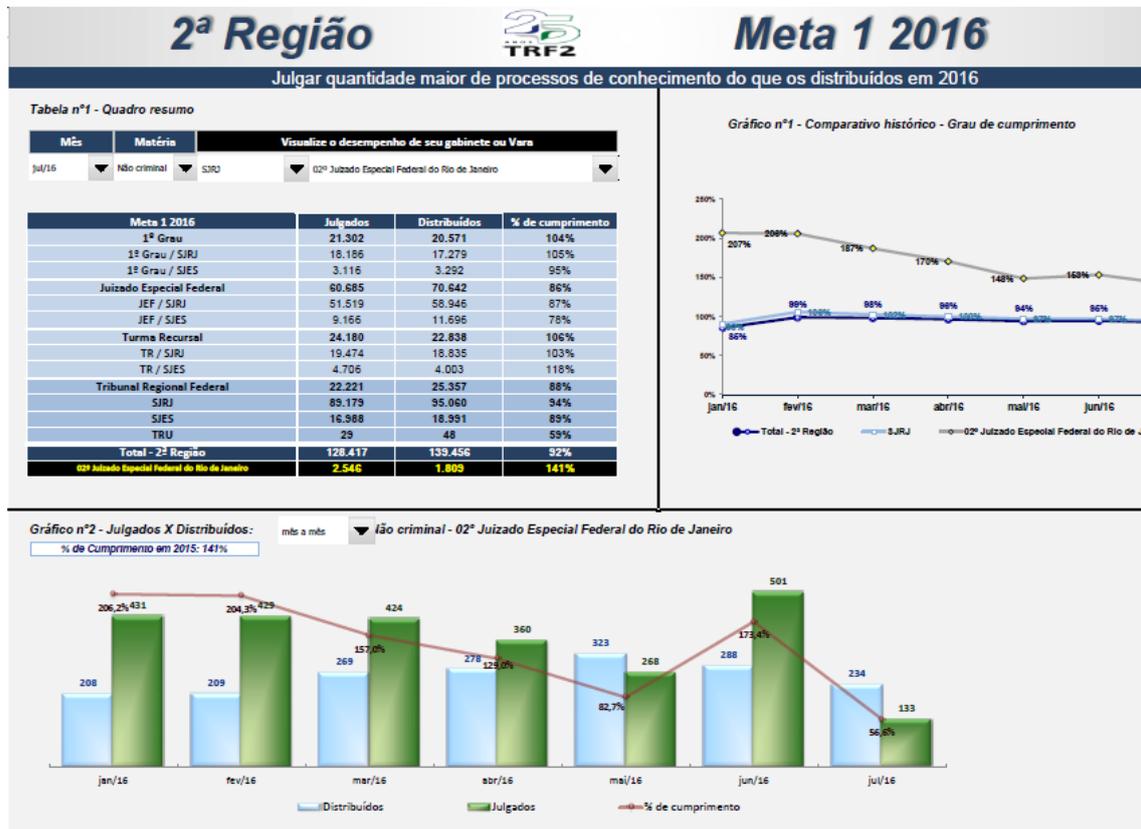
I – META 1/2016: Julgar mais processos que os distribuídos
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

1 - Matéria não criminal.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a junho de 2016, foram distribuídos para o órgão correicionado 1.809 processos, porém foram julgados no total 2.546 processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 111%.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



(quadro resumo atualizado até 21/07/2016)

2 - Matéria criminal:

Não se aplica.

II – META 2/2016: Julgar processos mais antigos

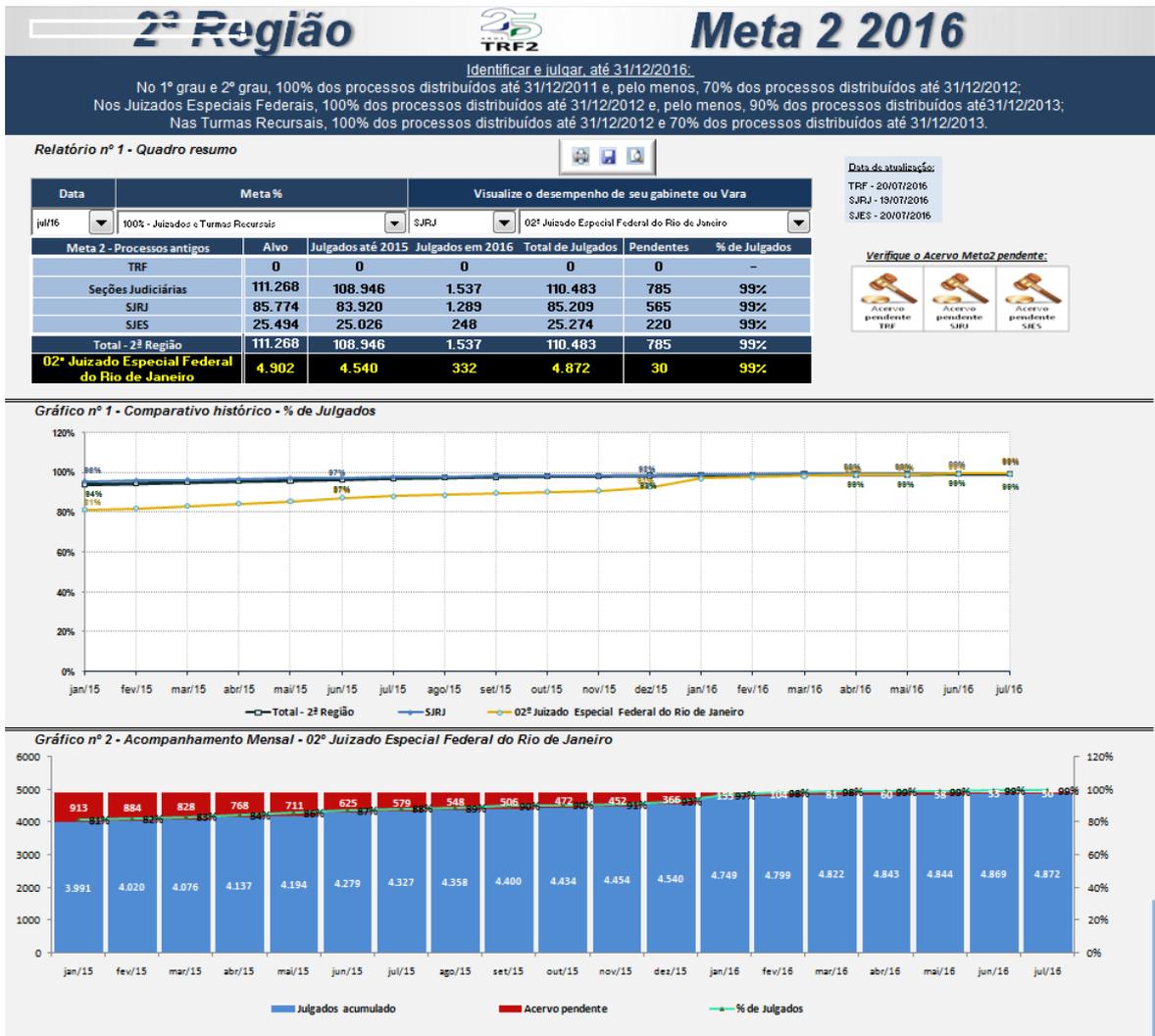
Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

1 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a junho de 2016, o órgão correicionado cumpriu 99% da meta, havendo apenas 30 processos pendentes.



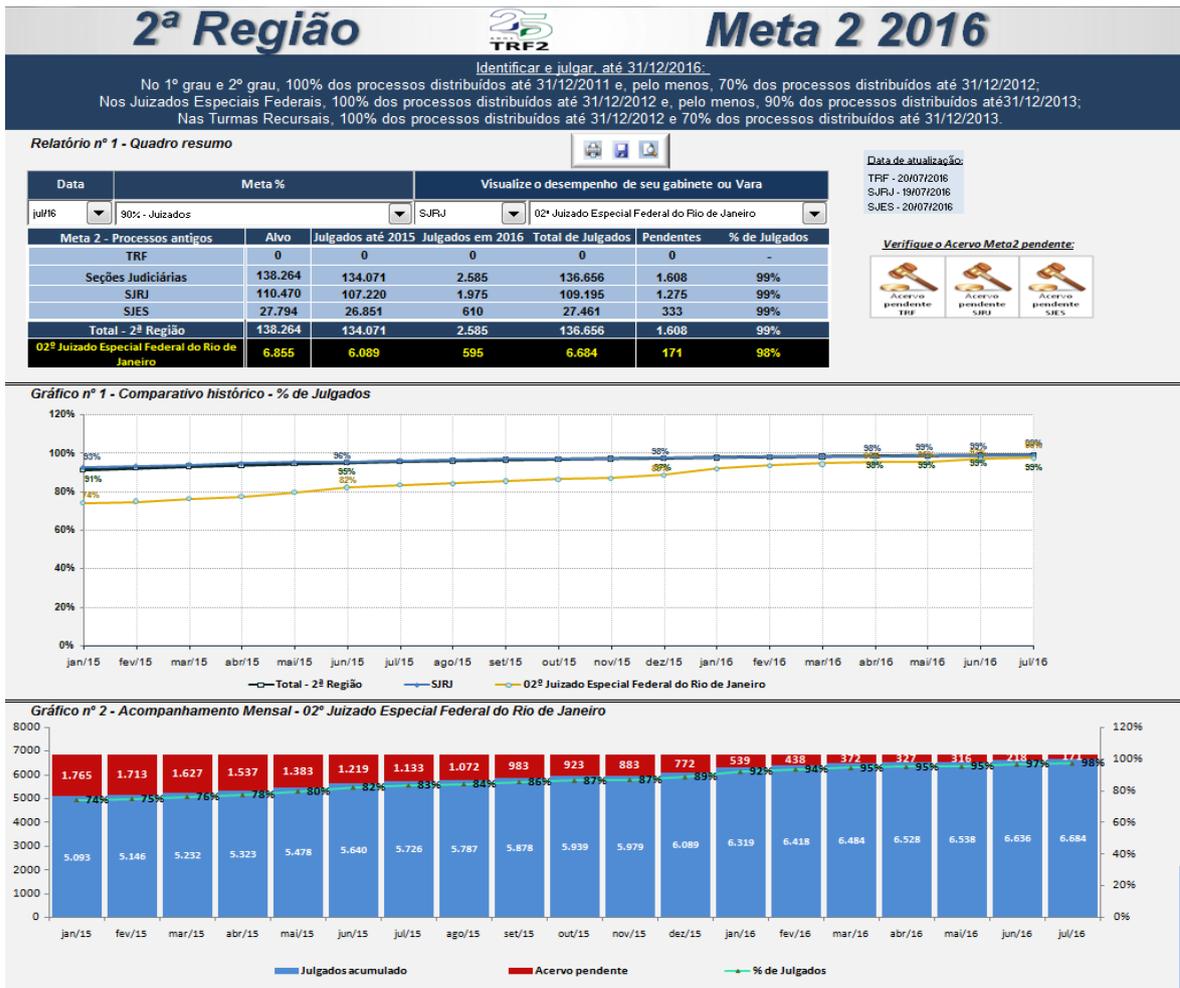
(quadro resumo atualizado até 21 de julho de 2016)

2 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, nos Juizados Especiais Federais, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a junho de 2016, o órgão correicionado cumpriu 98% da meta, havendo 171 processos pendentes.



(quadro resumo atualizado até 21 de julho de 2016)

Em julho de 2016, o quadro resumo indicava haver 171 processos pendentes:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ano	2016	▼
Mês	Julho	▼
Vara	02º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	▼

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo		Última movimentação		Total geral
Ano distribuído	▼ menos de 100 dias	▼	há mais de 100 dias	
2009	2		0	2
2010	1		0	1
2011	8		1	9
2012	14		4	18
2013	47		94	141
Total geral	72		99	171

Por amostragem foram analisados os seguintes processos:

- **00062215420124025151**- Ação de rito sumário em face da CEF e do itaucard,. Autuado em 15/03/2012. Último andamento: Certidão à fl. 81, em 25/07/2016, informando que não houve manifestação de contestação pela ré dentro do prazo legal.
- **01464113320134025151** - Ação de obrigação de fazer c/c antecipação dos efeitos da tutela c/c indenizatória por danos materiais e morais em face da CEF. Autuado em 17/12/2013. Último movimento: em 04/07/2016 à fl. 57, julgamento convertido em diligência para intimar a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar extrato completo da conta do autor, desde a data de sua abertura, bem como cópia do contrato de seguro que alega ter sido firmado pelo autor.
- **01275612820134025151**- Ação indenizatória em face da CEF. Autuado em 20/08/2013. Decisão de 31/01/2014, às fls. 103/104, deferindo parcialmente a antecipação de tutela para que a anotação do nome da autora nos cadastros restritivos do crédito não constitua óbice à inscrição do mesmo no FIES. Último movimento: em 04/03/2015 conclusão para sentença.
- **01233002020134025151**- Ação indenizatória em face da CEF. Autuado em 20/08/2013. Decisão de 31/01/2014, às fls. 103/104, deferindo parcialmente a antecipação de tutela para que a anotação do nome da autora nos cadastros restritivos do crédito não constitua óbice à inscrição do mesmo no FIES. Último movimento: em 04/03/2015 conclusão para sentença.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- **00308583520134025151**- Ação em face da União Federal. Autuado em 22/11/2013. Foi exarada sentença de fls. 42/44, em 17/07/2016. Último movimento foi a publicação da sentença em 27/07/2017 (fl.45).

III – META 03/2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho).

Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

OBS: Em razão da não disponibilização dos mapas necessários no Portal de Estatísticas deste Tribunal, não foi possível verificar o cumprimento desta meta.

IV – META 4/2016: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Não se aplica.

V – META 5/2016: Impulsionar processos à execução (Tribunais Regionais Federais)

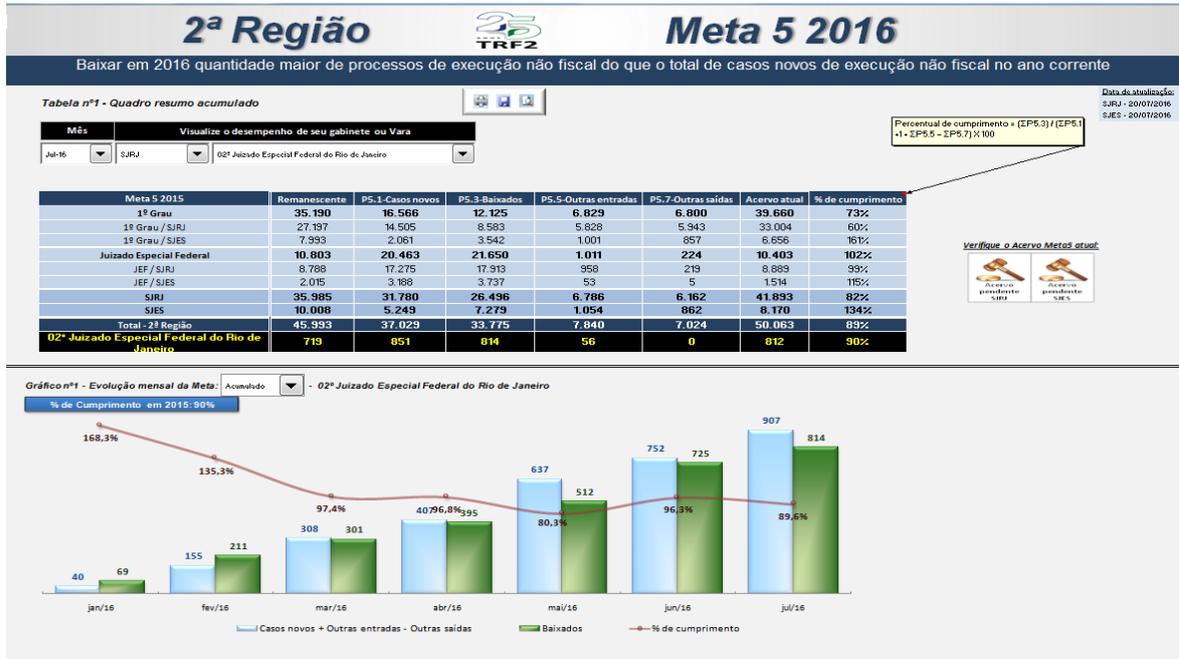
Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

meta foi de 90%, como ilustra o gráfico a seguir:



(quadro resumo atualizado até 21 de julho de 2016)

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas

Julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus.

Não se aplica.

VII – META 7/2016: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

VIII – META 8/2016: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

Fonte: mapas extraídos do portal de estatísticas da Segunda Região.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **AUDIÊNCIAS (DE 01/07/2015 A 30/06/2016)**
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 968 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira em 01/07/2015 e a última em 27/06/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo.

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS**

1. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, foram encontrados os seguintes locais virtuais:

- 1) INICIAIS : 11 documentos sendo o ultimo de 07/07/2016.
- 2) INICIAIS EP E FGTS: 0 documentos;
- 3) INICIAIS PADRÕES: 0 documentos
- 4) INICIAL TIPO "A" CEF - DESIGNAR AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO: 22 documentos sendo o ultimo de 01/07/2016

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 27/07/2016, às 14h 49min.

2. BALCÃO DE ENTRADA

404 documentos, sendo o mais antigo de 02/03/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 27/07/2016, às 14:03 min.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o Questionário Pré-Correição:

"Quanto à verificação da prevenção, o procedimento é realizado através da pesquisa relativa ao processo indicado na folha de informação, emitida pelo setor de distribuição, com o qual se aponta possível ocorrência de conexão ou continência, bem como possível ocorrência de litispendência ou coisa julgada, emitindo-se a respectiva certidão pelo servidor e conseqüente minuta de despacho."

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.r).

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	19/07/2016
Conclusão até	18/07/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	35	17,41
Decisão	9	4,48
Sentença	157	78,11
Total Geral	201	100,00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. Posição até 18/07/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)**

Posição em	18/07/2016
Último Movimento até	18/07/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	185	55,06
Mais de 60	151	44,94
Total Geral	336	100,00

- **00138747320134025151** - trata-se de ação indenizatória com obrigação de fazer, distribuída em 09/07/2013. O processo foi reativado em 25/07/2016 com conclusão para sentença.
- **00358325720094025151** – trata-se de ação de responsabilidade civil, distribuída em 14/08/2009. O processo foi reativado em 18/07/2016, com carga para o autor por motivo de recurso.
- **00169986420134025151**– trata-se de ação de servidor público federal em face da União, pleiteando adicional de insalubridade , distribuída em 16/07/2013. Juntada em 13/11/2013 contestação da União federal. **Processo parado, desde então.**
- **00034607920144025151**– trata-se de ação de responsabilidade civil, distribuída em 18/02/2014. Último movimento: juntada, em 02/05/2014. **Processo parado, desde então.**
- **01042264320144025151**– trata-se de ação de responsabilidade civil, distribuída em 06/02/2014. Último movimento: juntada, em 22/04/2014. **Processo parado, desde então.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 26/07/2016.**

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR)

Aguardando juntada, em 18/07/2016, **54** documentos, sendo o mais antigo de maio de 2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 18/07/2016.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existe os seguintes locais virtuais de controle de prazo:

- AGUARDA PRAZO de CONTESTAÇÃO: 63 documentos, sendo o mais antigo de 20/06/2016;
- AGUARDA PRAZO DE MANDADO: 05 documentos, sendo o mais antigo de 14/07/2016;
- PRAZO INTIMAÇÃO ELETRÔNICA - 123 documentos, sendo o mais antigo de 05/07/2016;
- PRAZO PUBLICAÇÃO - 57 documentos, sendo o mais antigo de 13/07/2016;
- PRAZO TELEGRAMA - 22 documentos, sendo o mais antigo de 05/07/2016;

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 28/07/2016, às 14h 18 min.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foram verificados os seguintes locais virtuais, entre outros:

- AG EXPEDIR ALVARÁ: 20 documentos, sendo o mais antigo de 25/07/2016;
- AG EXPEDIR MANDADO CITAÇÃO/INTIMAÇÃO: não há documentos;
- AG EXPEDIR OFÍCIOS: 04 documentos, sendo o mais antigo de 25/07/2016;
- AGUARDANDO EXPEDIR TELEGRAMA - 22 documentos, sendo o mais antigo de 25/07/2016;
- CADASTRAR RPV: não há nenhum documento.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
– Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 28/07/2016, às 14h 34 min.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

Posição em	19/07/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	0
Total Geral	0

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça em 19/07/2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	07/2015 a 06/2016
	Processos	10.856
	Boletins	105
	Média (Proc. / Bol.)	103,39
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,71

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 19/07/2016.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **108** processos com prazo vencido, sendo os mais antigos os abaixo discriminados:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0019360-73.2012.4.02.5151	INSS	17/03/2016	30/03/2016	113
0052329-49.2009.4.02.5151	INSS	07/06/2016	22/06/2016	29
0067986-84.2016.4.02.5151	UNIÃO	30/05/2016	22/06/2016	29
0501454-08.2015.4.02.5151	CEF	31/05/2016	15/06/2016	36
0500731-86.2015.4.02.5151	PFN	31/05/2016	17/06/2016	34

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 21/07/2016.

12. SUSPENSÃO DE PROCESSOS:

a) **Total de processos suspensos** (em 19/07/2016):

. Cíveis: 1.557



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Aguarda decisão de instância superior: 892

- 00105755420144025151 - Ação de cobrança de diferença de correção monetária do FGTS. Foi proferida sentença tipo B2, às fls. 43/48, em 30/05/2014, julgando improcedentes os pedidos autorais. Decisão à fl. 153, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. **S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”**.
- 01211823720144025151- Ação de obrigação de fazer e declaratória pela não aplicação da TR como índice de correção monetária no saldo do FGTS. Foi proferida sentença tipo B2, às fls. 61/66, em 09/05/2014, julgando improcedentes os pedidos autorais. Despacho à fl. 175, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. **S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”**.
- 00064036920144025151- Ação ordinária de cobrança e declaratória pela não aplicação da TR como índice de correção monetária no saldo do FGTS. Foi proferida sentença tipo B2, às fls. 61/66, em 09/05/2014, julgando improcedentes os pedidos autorais. Despacho à fl. 175, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. **S.m.j., equivocadamente**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.

- 00027644320144025151-- Ação ordinária de revisão de correção monetária no saldo do FGTS. Foi proferida sentença tipo B2, às fls. 169/174 , em 20/06/2014, julgando improcedentes os pedidos autorais. Decisão à fl. 189, dando parcial provimento aos embargos de declaração apenas para determinar a suspensão do processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. **S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.**
 - 00027843420144025151- Ação ordinária de revisão de correção monetária no saldo do FGTS. Foi proferida sentença tipo B2, às fls. 53/58, em 26/05/2014, julgando improcedentes os pedidos autorais. Despacho à fl. 156, suspendendo o processo até decisão definitiva do Resp 1381683/PE, nos termos do art. 543-C do CPC. **S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Aguarda decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.**
- b) Outros – fase conhecimento: 15
- 00445711920094025151 - Ação sumaríssima em face da CEF de revisão de correção monetária no saldo do FGTS. Despacho à fl. 127, suspendendo o processo até decisão definitiva dos RE nºs 626.307 e 591.797. **S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Repercussão Geral – art. 543-B e § 1º do CPC”.**
 - 00090166220144025151- Ação em face da CEF de revisão de correção monetária no saldo do FGTS. Despacho à fl. 197, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE. **S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 00079010620144025151- Ação em face da CEF de revisão de correção monetária no saldo do FGTS. Despacho à fl. 140, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE. **S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”**.
- 00080059520144025151- Ação ordinária de cobrança em face da CEF. Despacho à fl. 163, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE. **S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”**.
- 00081912120144025151-Ação em face da CEF de revisão de correção monetária no saldo do FGTS. Despacho à fl. 133, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE. **S.m.j., equivocadamente cadastrada como “Outros – fase conhecimento”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”**.

c) **Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º): 352**

- 01275355920154025151 - Ação Ordinária de Correção dos Saldos do Fundo de Garantia Por Tempo De Serviço em face da CEF. Despacho à fl. 65, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE.
- 01277395920154025101 - Ação Ordinária de Cobrança (Revisão do FGTS 1999 Atual). Despacho à fl. 47, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE.
- 01286172820154025151 - Ação Ordinária de Revisão da Correção do FGTS em face da CEF. Despacho à fl. 54, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 01292417720154025151 - Ação Ordinária c/c Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela em face da CEF. Despacho à fl. 68, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE.
 - 01301606620154025151- Ação Ordinária c/c Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela em face da CEF, Despacho à fl. 67, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE.
- d) **Repercussão Geral – art. 543-B e § 1º do CPC: 297**
- 00057368320144025151 - Ação Indenizatória de Correção do Saldo do Fundo de Garantia por Tempo De Serviço em face da CEF. Despacho à fl. 143, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE. **S.m.j., equivocadamente cadastrada, como “Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.**
 - 00058190220144025151-- Ação Ordinária de Correção do Saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em face da CEF por tempo de serviço. Despacho à fl. 215, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE. **S.m.j., equivocadamente cadastrada, como “Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.**
 - 00059844920144025151 - Ação Ordinária de Correção do Saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em face da CEF por tempo de serviço. Despacho à fl. 185, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE. **S.m.j., equivocadamente cadastrada, como “Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.**
 - 00063083920144025151 - Ação de cobrança da diferença da Correção do Saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em face da CEF



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

por tempo de serviço. Despacho à fl. 92, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE. **S.m.j., equivocadamente cadastrada, como “Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.**

- 00066435820144025151 - Ação de Ordinária de Cobrança da diferença da Correção do Saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em face da CEF por tempo de serviço. Despacho à fl. 164, suspendendo o processo até decisão definitiva do RESP nº 138168-3/PE. **S.m.j., equivocadamente cadastrada, como “Repercussão Geral – art. 1.035, § 5º do NCPC”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º)”.**

e) **Suspenso aguardando julgamento/recurso: 01**

- 00099140720094025101- Trata-se de ação ajuizada no Juizado Especial Federal Cível em que, após a contestação, o autor informou que transferiu seu domicílio e o juizado determinou a remessa dos autos a outro, próximo ao domicílio atual do autor. Esse novo juízo recusou a competência, estabelecendo-se o presente conflito de competência. O processo foi suspenso em 19/03/2010, em razão ter sido enviado ao TRF2 para julgamento do Conflito de Competência suscitado.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 23/06/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 18/07/2016.**

13. SENTENÇAS

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 4.737

- a. Com Resolução de Mérito - Concedido(a) em parte: 01
- b. Com Resolução de Mérito - Declarada decadência ou prescrição:
16



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- c. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos: 02
- d. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 01
- e. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Não-acolhidos: 04
- f. Com Resolução de Mérito - Homologada a Transação: 117
- g. Com Resolução de Mérito - Julgado improcedente o pedido: 553
- h. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente em parte do pedido: 596
- i. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente o pedido: 518
- j. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente o pedido - reconhecimento pelo réu: 05
- k. Convertida em Diligência: 84
- l. Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência: 71
- m. de Expediente: 01
- n. Determina Intimação: 02
- o. Em Embargos de Declaração Acolhidos: 01
- p. Em Embargos de Declaração Rejeitados: 22
- q. Liminar/Antecipação de Tutela Deferida: 01
- r. Proferido despacho de mero expediente: 01
- s. Resolução de Mérito - Conciliação/Transação Homologada: 569
- t. Resolução de Mérito - Pedido Improcedente: 275
- u. Resolução de Mérito - Pedido Improcedente - dispensada a citação: 26
- v. Resolução de Mérito - Pedido Procedente: 378
- w. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte: 275
- x. Resolução de Mérito - Reconhecida Prescrição/Decadência: 14
- y. Resolução de Mérito - Reconhecimento da Procedência do Pedido pelo Réu: 02
- z. Resolução de Mérito - Pedido Procedente com Tutela Deferida: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- aa. Sem Resolução do Mérito: 682
- bb. Sem Resolução do Mérito - Desistência da Ação: 05
- cc. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 08
- dd. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência das condições da ação: 18
- ee. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 07
- ff. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por desistência: 08
- gg. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por negligência das partes: 01
- hh. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por Perempção, litispendência ou coisa julgada: 02
- ii. Sentença: 01
- jj. **Vazias: 469**

➔ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as sentenças:

- 0502075-05.2015.4.02.5151



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 0501907-03.2015.4.02.5151
- 0112244-87.2013.4.02.5151
- 0112268-81.2014.4.02.5151
- 0108555-98.2014.4.02.5151

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as sentenças:

- 0077662-90.2015.4.02.5151
- 0075515-91.2015.4.02.5151
- 0075960-65.2015.4.02.5101
- 0077098-14.2015.4.02.5151
- 0077264-46.2015.4.02.5151

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

- 0063141-09.2016.4.02.5151 – **S.m.j., classificação incompleta apenas no corpo da sentença constando como tipo B, quando o correto seria constar tipo B2.**
- 0066779-84.2015.4.02.5151 - **S.m.j., classificação incompleta apenas no corpo da sentença constando como tipo B, quando o correto seria constar tipo B2.**
- 0062622-68.2015.4.02.5151 - **S.m.j., classificação incompleta apenas no corpo da sentença constando como tipo B, quando o correto seria constar tipo B2.**
- 0063508-67.2015.4.02.5151- **S.m.j., classificação incompleta apenas no corpo da sentença constando como tipo B, quando o correto seria constar tipo B2.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 0063266-74.2016.4.02.5151 - **S.m.j., classificação incompleta apenas no corpo da sentença constando como tipo B, quando o correto seria constar tipo B2.**

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as sentenças:

- 0049295-22.2016.4.02.5151
- 0058202-20.2015.4.02.5151
- 0057675-34.2016.4.02.5151
- 0057815-68.2016.4.02.5151
- 0057937-18.2015.4.02.5151

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 27/07/2016.**

14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os processos que mereçam tratamento diferenciado são marcados com identificador eletrônico próprio. Isso possibilita o monitoramento mais eficaz.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.2.

15. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Segundo o questionário pré-correição:

“A organização e separação dos processos em fase de conhecimento e execução ocorrem, predominantemente, em função dos escaninhos virtuais de Secretaria e Gabinete. Regra geral, os feitos nos escaninhos de atribuição da Secretaria, exceto os relativos a “Iniciais” e “Triagem Sentença”, estão em fase de execução.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.f.

16. EXECUÇÃO

(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	966	966
	Total		966	966

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 21/07/2016.

17. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 31/01/2015 a 31/01/2016).

(Art. 217, II, da CNCR)

- Total de requisições: 1.196
- Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 90 dias.

- RPV's:

. Cadastrados: 05



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Enviados: 1.151

- Precatórios (Parcela única):

. Cadastrados:0

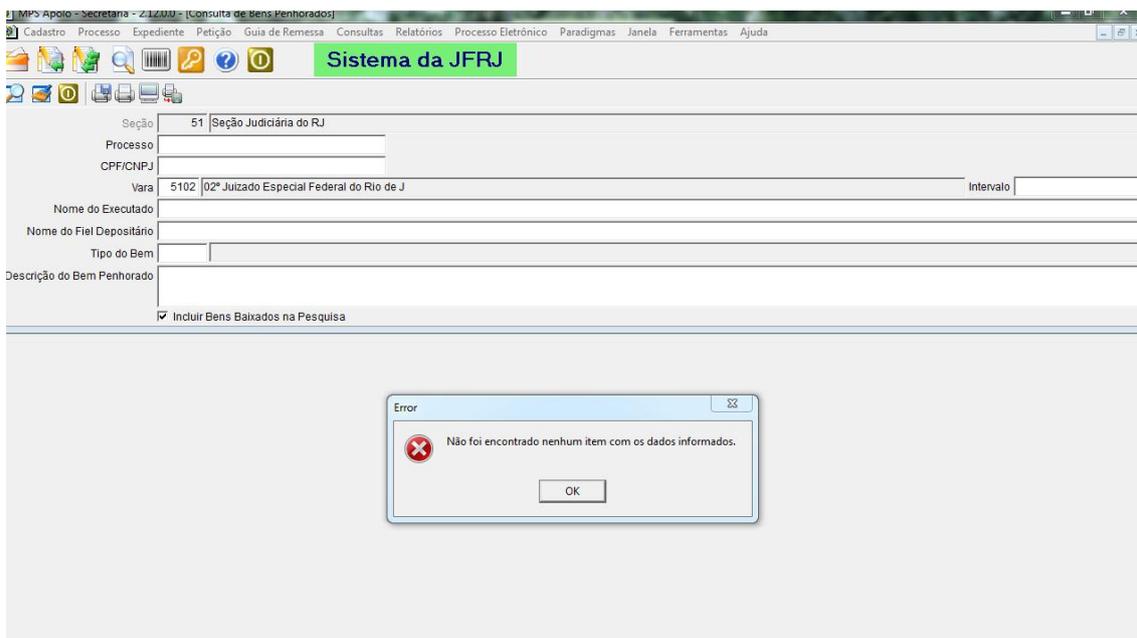
. Enviados: 37

- Precatórios Parcelados: Não há

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 19/07/2016

18. CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS (Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não existem dados para impressão do relatório, não havendo, portanto, processos com bens penhorados.



Fonte: Apolo – Secretaria – Consultas – Bens penhorados.

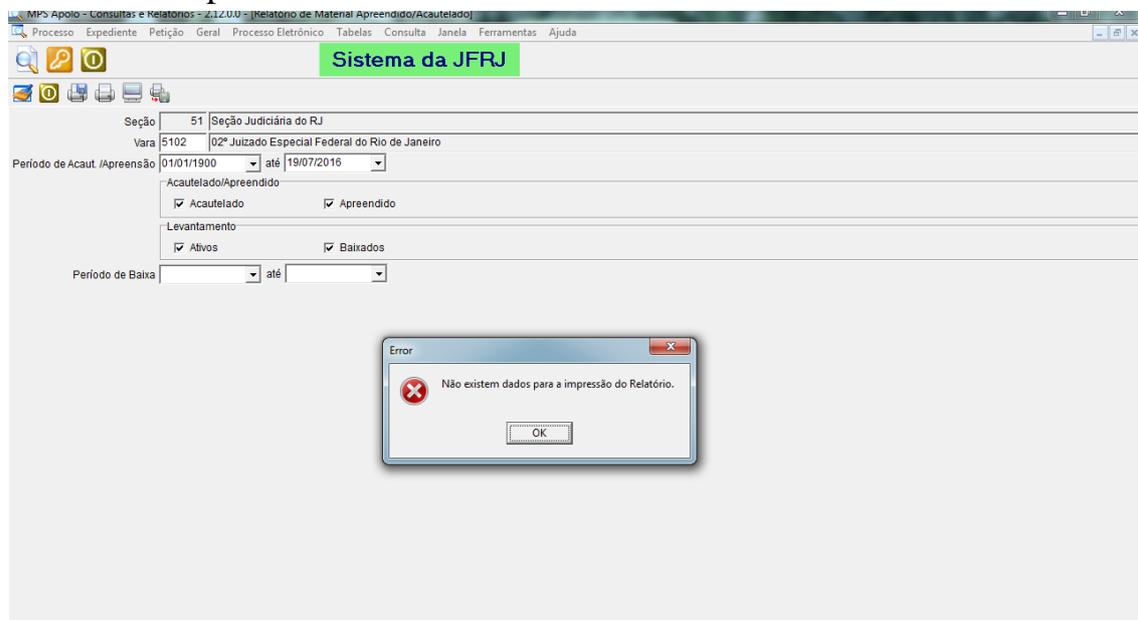


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

19. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não existem dados para impressão do relatório, não havendo, portanto, processos com bens acautelados/apreendidos.



Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado.

20. LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

"Em relação aos livros e pastas obrigatórios, informo que todos aqueles existentes neste Juizado se encontram em situação regular de controle/preenchimento:

Art. 148 da CNCR:

- 1) livro de ponto dos servidores;*
- 2) livro de reclamações (utilizado nas inspeções);*
- 3) livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo - livro sem uso, uma vez que não há acervo de processo físico em tramitação;*
- 4) livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio - livro sem uso;*
- 5) livro de entrega de autos às partes sem traslado - não se aplica;*
- 6) livro de carga ao Ministério Público - livro sem uso;*
- 7) livro de registro de livramento condicional - não se aplica;*
- 8) livro do rol de culpados - não se aplica;*
- 9) pasta de termos de fiança - não se aplica;*
- 10) pasta de suspensão condicional da pena e do processo - não se aplica;*
- 11) pastas de atos do plantão - temos uma pasta eletrônica, no drive "K" deste JEF.*

Art. 149 da CNCR: pastas eletrônicas:

- 1) pasta de mandados;*
- 2) pasta de ofícios;*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 3) *pasta de alvarás;*
- 4) *pasta de relatórios de inspeções; pasta eletrônica arquivada no drive "K" deste JEF;*
- 5) *pasta de atas de audiências; pasta física, existente no apoio do gabinete;*
- 6) *pasta de mandados de prisão - não se aplica e*
- 7) *pasta de sentenças.*

Obs.: utilizamos uma pasta física, na secretaria, para guarda dos documentos originais recebidos para posterior devolução às partes e/ou realização de perícia grafotécnica. Existe uma pasta de correição, eletrônica, no drive "K" deste JEF."

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.

21. ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

"De modo geral, não foram constadas quaisquer deficiências ou problemas nas instalações físicas deste Juizado, estando tanto o espaço físico, quanto o mobiliário, bem como os equipamentos eletrônicos, em perfeitas condições de uso, não havendo quaisquer problemas ou dificuldades a serem sanados."

Fonte: Questionário pré-correição (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/06873).

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

"6.2.1. Três meses: proferir sentença nos dois processos distribuídos no ano de 2014, de n°s 00138969720144025151 (está no prazo do autor até 07/07) e 01832502320144025151 (está no contador);

6.2.2. Seis meses: atingir a meta 1 do CNJ;

6.2.3. Um ano: manter acervo abaixo de 1.000 (hum mil) processos em tramitação, com prolação de sentenças em número maior em relação ao número de processos distribuídos.

Dada a atual situação em que se encontra este Juizado, temos ainda como meta estipulada a prolação de sentença em 100% , nos processos distribuídos até dezembro/2015, inclusive, até o dia 19/12/2016 sendo que, a partir daí, o que se busca atingir é a prolação de sentença nos processos distribuídos dentro do ano em curso, até o final do segundo semestre do mesmo, mantendo-se em dia a prolação de sentenças, dentro do mesmo ano e até o final do primeiro semestre seguinte, em relação aos processos distribuídos no segundo semestre do ano anterior."

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Isabelle Habib Oliveira, Mat. n° 11.750